



---

## CONSIDERAÇÕES SOBRE A FILOSOFIA SOCIAL DE IBN KHALDUN (1332-1406)

*Considerations on The Social Philosophy of Ibn Khaldun (1332-1406)*

Elaine Cristina Senko Leme<sup>1</sup>

**RESUMO:** Esse artigo apresentará as considerações sobre os elementos constituintes da filosofia social pensada por Ibn Khaldun (1332-1406) em sua *Muqaddimah* e na *História dos Berberes*. Para tanto atualizaremos observações sobre o referido tema tendo como objetivo as compreensões dos conceitos de *assabiya*, *umran* e *mulk*. A realidade histórica vivida por Ibn Khaldun o fez mergulhar numa reflexão epistemológica da civilização. Quais os erros e acertos para se chegar num nível de excelência social? Como acertar e desenvolver melhor as sociedades? Essas são as perguntas que levam a reflexão khalduniana a ser ainda um assunto atual e repleto de reflexões sobre nossa existência em sociedade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ibn Khaldun; Assabiya; Umran; Mulk; Medievo.

**ABSTRACT:** This article will present the considerations on the constituent elements of the social philosophy thought by Ibn Khaldun (1332-1406) in his *Muqaddimah* and in the *History of the Berbers*. In order to do so, we will update the observations on this theme with the objective of understanding the concepts of *assabiya*, *umran* and *mulk*. The historical reality lived by Ibn Khaldun plunged him into an epistemological reflection of civilization. What are the mistakes and the correct answers to reach a level of social excellence? How to better and better develop societies? These are the questions that lead the khaldunian reflection to be still a current subject and replete with reflections on our existence in society.

**KEYWORDS:** Ibn Khaldun; Assabiya; Umran; Mulk; Middle Ages.

O historiador Ibn Khaldun (1332-1406) contribuiu para o campo da filosofia da história principalmente através da obra *Muqaddimah*<sup>2</sup>. Nela, o autor propõe uma análise

---

<sup>1</sup> Pós-doutora em História pelo PPGH Universidade do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Doutora em História Medieval pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Membro do Laboratório de Pesquisa “Estudos em História Intelectual” (UNIOESTE) e do Núcleo de Estudos Mediterrânicos (UFPR). E-mail: elainesenko@hotmail.com

<sup>2</sup> KHALDUN, Ibn. *Muqaddimah – Os Prolegômenos (tomo I, II e III)*. Tradução integral e direta da língua árabe para a portuguesa por José Khoury e Angelina Bierrenbach Khoury. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia, 1958-1960. A *Muqaddimah* ou *Os Prolegômenos*, o mais famoso dos escritos de Ibn Khaldun, foi revisada por ele durante toda a sua vida. A intenção de Ibn Khaldun foi realizar uma introdução de uma História Universal com o uso de uma metodologia crítica e como um manual para aqueles que são historiadores. A *Muqaddimah* se divide em partes: introdução ao método da História por Ibn Khaldun, nessa

historiográfica do sentido de história em pleno século XIV resultando de sua própria experiência com os sultanatos do norte da África e com o reino de Castela. Na sua filosofia da história, por exemplo, propôs um método rígido de separação entre a realidade e a ficção. Além disso, Ibn Khaldun nos legou uma explicação sobre as leis universais que regulam as sociedades no tempo. Um dos conceitos khaldunianos mais importante na *Muqaddimah*<sup>3</sup> é a *assabiya* que é definida como o espírito de grupo. Resultado da realidade que ele vivia esse conceito é visto e aplicado também em outra obra de Ibn Khaldun, a *História dos Berberes*<sup>4</sup>. Lembremos que a época em que Ibn Khaldun vivia era de instabilidades políticas no território norte africano e também perpassou pela terrível peste negra que assolou toda essa região para além da Europa. Por isso mesmo, Khaldun se posiciona em ambas as obras, *Muqaddimah* e *História dos Berberes*, como um entusiasta do passado com seus momentos de apogeu e conquistas para os muçulmanos.

A erudição de Ibn Khaldun foi conquistada por ele através de uma rica formação específica com mestres andaluzes e norte africanos, em destaque para seu pai e os seus professores nas madrasas (escolas) de Túnis. A linha perseguida por Ibn Khaldun em seus estudos de jurisprudência<sup>5</sup> foi a malikita e também estudou o Tamhid, o Tashil (sobre

---

parte podemos apontar a crítica de Ibn Khaldun ao gênero histórico produzido até sua época, pois a história para ele era a ciência baseada em explicações admissíveis e deveria conferir uma exatidão na datação e rememoração dos fatos, isso que Ibn Khaldun iria colocar por escrito como as tarefas do historiador; análise da civilização (aqui identifica-se a influência do meio sobre a natureza humana); observação do nomadismo (análise da dicotomia nômades X sedentários, além de um trabalho de etnologia e a implantação do conceito do “espírito de grupo”); estudo sobre as dinastias e poderes (Ibn

Khaldun analisa as diversas formas de governo, ressaltando as formas na Península Ibérica e no norte de África; também observa as ações do poder espiritual por parte do Califa para os muçulmanos, de Cohen para os judeus e Papa para os cristãos); observação sobre o surgimento do fenômeno urbano (proliferação das cidades, observação da economia e do “espírito de grupo”); análise econômica (meios de subsistência e o comércio); exame das ciências, das artes e do ensino; e como apêndices estão o estudo de Ibn Khaldun sobre o Planisfério de Idrissi (explicações de Ibn Khaldun sobre os diversos climas e suas divisões geográficas), e a Autobiografia de Ibn Khaldun.

<sup>3</sup> “Encarei e discuti com grande cuidado as questões condizentes com a matéria deste livro de maneira a por meu trabalho ao alcance tanto dos eruditos como dos homens do mundo. Na sua confecção e na distribuição das matérias, adotei um plano original, elaborei um método novo de escrever a História, escolhendo um caminho que certamente surpreenderá o leitor, e seguindo uma marcha e um sistema inteiramente próprios. Ao tratar do que se relaciona com a formação da sociedade e o estabelecimento da civilização, estendi-me, com razão, a descrever tudo o que a sociedade humana oferece como circunstâncias características. Apontei as causas dos acontecimentos e mostrei por que caminhos os fundadores do império entraram. O leitor, não se achando mais na obrigação de crer cegamente nas narrativas tradicionais, poderá agora conhecer melhor a História do passado e ficará habilitado a prever os acontecimentos que poderão surgir no futuro”. KHALDUN, Ibn. *Muqaddimah – Os Prolegômenos (tomo I)*. Tradução integral e direta da língua árabe para a portuguesa por José Khoury e Angelina Bierrenbach Khoury. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia, 1958, p. 12.

<sup>4</sup> KHALDUN, Ibn. *História dos Berberes (tomo I, II, III, IV)*. Tradução da língua árabe para a língua francesa pelo Barão De Slane. Alger: Gouvernement France, 1852-1865.

<sup>5</sup> “Uma das maiores entre as ciências religiosas, uma das mais importantes e das mais úteis, tem por objetivo as bases da Jurisprudência. Consiste em examinar as indicações que se acham nos textos sagrados, para reconhecer as regras de Direito [os julgamentos ou decisões] e as prescrições impostas pela religião. As

regras gramaticais), Mukthaçar (um resumo de jurisprudência) e as poesias contidas no Kitab Al-Agani.

Paralelamente aos cargos que exercia nos diversos sultanatos em que trabalhou, Ibn Khaldun tinha uma carreira intelectual reconhecida por seu meio. Ainda assim, estava imerso numa época de intensos conflitos no norte de África, em destaque para os embates entre a dinastia dos Hafsidas (1228-1574) e a dinastia dos Marínidas (1196-1465). Ibn Khaldun serviu ambas as dinastias e se envolveu nos atritos com os Banu Hilal, tribo magrebina. Num sentido macro, a política norte africana estava sendo pressionada pelos turcos seldjúcidas advindos do ambiente asiático, pelo avanço dos mongóis e pelos interesses de expansão política dos mamelucos do Egito. Sobrevivente, Ibn Khaldun foi capaz de negociar no sentido de seus interesses e conseguiu - visando continuar com o trabalho intelectual - manter cargos sempre próximos ao poder, sejam eles de jurisprudente ou de "diplomata".

Compreendemos a importância de Ibn Khaldun em seu tempo também conhecendo os passos de sua trajetória de vida. Em 1352, ele tinha ingressado como escrivão do parafo real (função administrativa que cabia a pessoas que eram destacadas nas madrasas) pela dinastia Hafsida no território tunisiano. Logo após, foi o secretário das relações políticas do sultão Abu Inan na cidade de Fez, em nome da dinastia dos Marínidas, pois Ibn Khaldun sempre admirou os mestres desse lugar. Em 1357, Ibn Khaldun foi inesperadamente retido e encarcerado pelo próprio sultão Abu Inan pois ocorreu uma conspiração de outros associados da corte para que isso ocorresse. Estes temiam a proximidade de Khaldun do soberano. Apenas quando Abu Inan morreu que Ibn Khaldun pôde sair em liberdade. O sucessor de Abu Inan, o sultão Abu Salem reconhecendo a injustiça anterior, recolocou Ibn Khaldun no cargo de secretário das relações políticas do governo marínida. Além disso, o erudito recebeu mais dois novos cargos, o de chefe de chancelaria e de madhalim (aquele que repara as injustiças).

Entretanto, desde a morte de Abu Inan, o recente governo dos marínidas estava abalado politicamente e Ibn Khaldun abdicou de seus cargos e retornou ao governo hafsida em

---

indicações fornecidas pela lei baseiam-se no Livro, isto é, no Corão, e depois, na Sunna, a qual comenta este Livro. Enquanto vivia o Profeta tinha-se diretamente dele os julgamentos (ou máximas de direito): dava seus esclarecimentos por palavras e por atos sobre o que tange ao Corão, que Deus lhe havia revelado; fornecia informações orais a seus discípulos; por isso não tiveram necessidade alguma de recorrer à tradição, à especulação, nem a deduções fundadas sobre analogias. Esta instrução, de viva voz, cessou com a morte do Profeta e, desde então, o conhecimento das prescrições corânicas conservou-se somente pela tradição". KHALDUN, Ibn. *Muqaddimah – Os prolegômenos (tomo III)*. Tradução integral e direta da língua árabe para a portuguesa por José Khoury e Angelina Bierrenbach Khoury. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia, 1960, p. 30-31.

1362. Daí passou a ser mestre da mesquita de Bujaya (norte de África), mas tão logo deixou de lecionar para trabalhar com o senhor de Tlemcen, Abu Hammu. Khaldun ficou responsável por registrar e cobrar os impostos do reino de Tlemcen, além de ser o hajib (aquele que mantém a harmonia dentro da sociedade islâmica). Essa posição de cobrador de impostos não era do agrado de Khaldun e ele se retirou para um retiro de meditação, depois disso retornou para servir o novo sultão marínida, Abd-al-Aziz.

Ainda em 1362, Ibn Khaldun materializaria um de seus maiores desejos: conhecer as terras andaluzas de seus ancestrais. Realizou, portanto, a travessia do norte da África (Ceuta/Gibraltar) em direção da Península Ibérica. Em Granada, o sultão Muhammad V, receberia o referido erudito islâmico o nomeando como seu representante no ambiente castelhano. No ano seguinte, em 1363, ocorreu o encontro entre Ibn Khaldun e o rei de Castela, Pedro, o Cruel, pois foi premeditado por Muhammad V tendo em vista um acordo de paz entre o reino de Castela e os emires andaluzes. O encontro foi positivo e Ibn Khaldun convenceu o rei castelhano em ratificar um tratado de pacificação. Além disso, o erudito islâmico recebeu convite de servir ao rei castelhano, mas ele não aceitou. Já dois anos após esses acontecimentos, na cidade de Almeria, Ibn Khaldun se tornou o pregador da Grande Mesquita, ensinava a jurisprudência e voltou ao cargo que não lhe agradava tanto mas necessário de cobrador de impostos. Nesse ínterim também participou de atividades bélicas, e somente em 1370 retornou ao governo marínida.

Envolto nos conflitos dos marínidas, do reino de Tlemcen e dos berberes, Khaldun decide que era o momento de escrever a sua obra autobiográfica e a Muqaddimah, posteriormente ainda escreveria a História dos Berberes. Em 1374, Ibn Khaldun já iniciava um movimento de retiro intelectual. Por conta de um encontro em Batna entre Ibn Khaldun e a tribo dos Aulad Arif, estes patrocinaram a ida de Khaldun para seu isolamento erudito em Calat Ibn Salama e realizar a tarefa da escrita de suas obras. Destarte, entre 1374 até 1378, Ibn Khaldun escreveu parte da Autobiografia e a versão completa da Muqaddimah. Depois disso em sua vida até o momento de sua morte ainda realizaria revisões de ambas as obras. O auge da carreira dele é sua chegada ansiada no Cairo, de tal maneira que muitos mestres e estudantes foram ao seu encontro. Assumiu sob o governo mameluco as aulas de jurisprudência na Universidade de Al-Azhar, além de ser nomeado ao cargo de grande cádi malikita.

Em sua vida realizou a peregrinação até Meca, seguindo um dos mais importantes pilares do islamismo. Severo, Ibn Khaldun fez sucesso como grande juiz das escolas islâmicas no Cairo pois lutou obstinadamente contra a corrupção dentro do sistema

judiciário local. Mesmo no final de sua vida teve o encontro diplomático como integrante do governo egípcio com Tamerlão, líder dos mongóis. Diante de uma vida tão agitada e rica em experiências com o poder e o social, Ibn Khaldun tinha acesso as informações necessárias para teorizar sobre uma filosofia da história.

Depois de conhecermos um pouco sobre Ibn Khaldun passaremos a falar sobre sua metodologia. A filosofia da história construída por Ibn Khaldun tem em seu âmago a tentativa de racionalizar o conhecimento sobre o social e o político. Demonstra-se isso através de sua busca pelo sentido de civilização. Além disso, Ibn Khaldun tinha uma preocupação em que tanto eruditos quanto pessoas comuns pudessem entender o método da sua filosofia da história pois ela no seu entender afetava o movimento da sociedade. O referido historiador islâmico desejava relacionar a existência da sociedade com o estabelecimento da civilização buscando entender as causas dos acontecimentos. A crítica de Khaldun recaía sobre a historiografia tradicional de sua época que ainda não problematizava as causas e consequências dos fatos narrados<sup>6</sup>.

Sua grande preocupação com possibilitar uma metodologia inovadora fez com que ele aliasse isso com sua filosofia da história a qual buscava sentido no movimento dos acontecimentos sociais. Além de tentar compreender o sentido da história no passado Khaldun ao mesmo tempo tentava prever ações do futuro possível. Através da ideia de razão universal que rege a sociedade poderia ser fundada a civilização.

O conceito de civilização para Ibn Khaldun possui resquícios de pensamento dos clássicos ao aliar a politéia a ideia de *umran*, assim desenvolvendo a reflexão sobre a importância do fenômeno cidadão (da civilidade)<sup>7</sup>. Destarte, o aperfeiçoamento da

---

<sup>6</sup> KHALDUN, Ibn. *Muqaddimah – Os Prolegômenos (tomo I)*. Tradução integral e direta da língua árabe para a portuguesa por José Khoury e Angelina Bierrenbach Khoury. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia, 1958, p. 12.

<sup>7</sup> O conceito de *umran* e sua relação com o conceito de politéia: Começamos nossa reflexão por este último, para isso voltando ao conceito de civilização, mas agora da Antiguidade grega. Segundo Claude Mossé, “Civilização vem do latim *civis*, cidadão. Em grego, cidadão se diz *polites*, aquele que pertence à *polis*, à cidade-estado, de onde vem o termo política. Basta dizer a civilização grega é antes de mais nada civilização da *polis*, civilização política”. MOSSÉ, Claude. Nota Preliminar. *Dicionário da civilização grega*. Tradução Carlos Ramallete e André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004, p. 7-8. Verificamos, de acordo com a opinião da historiadora, uma consciência de comportamento político por parte do cidadão que seria, do ponto de vista teórico, imprescindível para sua organização no ambiente social, a *polis*. Tal comportamento seria atrelado e correspondente ao conceito de politéia, cuja aceção traria a noção de participação obrigatória de todos os homens na vida pública, bem como sua integração no corpo dos *politai*, dos cidadãos. Tal conceito teve seu surgimento numa realidade marcada pela necessidade de integração e participação dos homens de um dado território numa comunidade política, tendo em vista o objetivo principal de garantir sua própria coexistência e liberdade frente a outras comunidades políticas. Lembremos que o mundo grego, desde o período arcaico (século VIII a.C.), fora marcado por essas constantes brigas e desentendimentos entre as cidades-estado, unidades políticas autônomas, fato que teve seu ápice na chamada Guerra do Peloponeso (século V a.C.). O conceito de politéia, portanto, demonstra uma importância muito grande conferida à ideia de união constante e coesão crescente entre os homens que

cultura buscado pelos grupos sociais é uma característica da noção de civilização. Para além disso, Ibn Khaldun buscou sistematizar dentro de uma lógica universal os estágios que cada agrupamento social atingia em níveis de civilização. Para tanto é necessário compreendermos o conceito de *umran* na qual a vida social cidadina é o auge da civilização<sup>8</sup>. Mas Khaldun não chegou a submeter com essa sua explicação os homens do campo aos da cidade<sup>9</sup>, pois tanto a rusticidade do campo (que alimenta a *assabiya*) quanto a sofisticação da cidade (como por exemplo, Cairo) são ideias caras ao autor.

O tema da vida na cidade estava presente ao longo do século XIV justamente por seu desenvolvimento urbano e posterior declínio com a peste de 1347-1349. Para Ibn Khaldun as cidades se desmantelavam por conta da corrupção dos homens que nela governavam. Ele identificava que alguns dos governantes citadinos tinham mais fraqueza de caráter do que os líderes do deserto onde a vida era mais rústica. A base de sua filosofia política que sustenta a ideia de *umran* é o conhecimento da vida cidadina via Avicena, Al-Farabi, Platão, Aristóteles e Averróis.

---

compunham um agrupamento social, visando com isso a própria manutenção da unidade política autônoma. Caso tal comportamento não fosse verificado entre os homens, eles não cumpririam seu dever enquanto cidadãos e, conseqüentemente, se deixariam enfraquecer perante outros grupos. Pois bem, é nesse sentido que retomamos o pensamento de Aristóteles para o entendimento da civilização em sua obra *Política*: "Puesto que vemos que toda ciudad es una cierta comunidad y que toda comunidad está constituída con miras a algún bien (porque en vista de lo que les parece bueno todos obran en todos sus actos), es evidente que todas tienden a un cierto bien, pero sobre todo tiende al supremo la soberana entre todas y que incluye a todas las demás. Ésta es la llamada ciudad y comunidad cívica". ARISTÓTELES. *Política*. Introducción, traducción y notas de Manuela García Valdés. Madrid: Editorial Gredos, 1999, p.45-46. Uma leitura aristotélica-averroísta pode ter chegado ao conhecimento de Ibn Khaldun. De fato, não podemos deixar de entrever a relação/analogia desse pensamento para com o conceito de *umran* proposto por Ibn Khaldun, conforme este destaca ao comentar sobre seu trabalho: "O objeto desse Discurso Preliminar é demonstrar que a reunião dos homens em sociedade é coisa necessária. É o que os filósofos expressaram pela máxima seguinte: 'O Homem é, por natureza, cidadão', querendo dizer que o homem não pode prescindir da sociedade, termo que eles, na sua língua, expressaram por cidade. A palavra *umran* exprime a mesma idéia". KHALDUN, Ibn. *Muqaddimah – Os Prolegômenos (tomo I)*. Tradução integral e direta da língua árabe para a portuguesa por José Khoury e Angelina Bierrenbach Khoury. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia, 1958, p. 214-217.

<sup>8</sup> KHALDUN, Ibn. *Muqaddimah – Os Prolegômenos (tomo I)*. Tradução integral e direta da língua árabe para a portuguesa por José Khoury e Angelina Bierrenbach Khoury. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia, 1958, p. 105.

<sup>9</sup> "A cidade que supera uma outra num só grau, no que se relaciona com o número da população, a ultrapassa também em muitos pontos: ganha-se ali mais, a abastança e os hábitos de luxo são mais comuns e espalhados. Se é maior a população da cidade, maior é o luxo dos habitantes, e na mesma proporção os indivíduos de cada profissão excedem neste ponto os da cidade que possuem uma população menos numerosa. Constata-se o mesmo fenômeno em toda a linha: a diferença é patente mesmo de cádi para cádi, de negociante para negociante, de artífice para artífice, de emir para emir e de soldado de polícia para seu colega. Comparando, por exemplo, o estado dos habitantes de Fez com o dos habitantes de outras cidades, como Bojaya, Tlemcen e Ceuta, reconheceréis que esta diferença existe para [todos os grupos] em geral e para cada [grupo] em particular. Assim o cádi de Fez desfruta maior opulência que o de Tlemcen, e o mesmo acontece com todos os outros" KHALDUN, Ibn. *Muqaddimah – Os Prolegômenos (tomo I)*. Tradução integral e direta da língua árabe para a portuguesa por José Khoury e Angelina Bierrenbach Khoury. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia, 1958, p. 240.

Como vimos para Ibn Khaldun os elementos que moldam a sociabilidade são o espírito inicial da *assabiya*<sup>10</sup>, a vida nas cidades (*umran*), a ambição pelo poder e a conquista da erudição. E essa sociabilidade perpassa a divisão inerente entre os berberes e nômades árabes e os sedentários das cidades. Destaca-se que no campo ou no deserto há união contra as dificuldades da vida, ou seja, a vida comunitária é mais presente do que na cidade em que o individualismo cresce em potencial. Por isso Ibn Khaldun aponta para a existência da corrupção nas cidades onde a ambição pelo poder e luxuosidade eram as metas almejadas pela maioria dos cidadãos<sup>11</sup>. A ideia de rusticidade seja do deserto ou do campo para o autor islâmico é uma defesa contra os desejos muitas vezes mundanos da cidade.

Devemos agora falar um pouco sobre a ideia de espírito de grupo (*assabiya*)<sup>12</sup> que o autor defende em sua filosofia da história social. As sociedades e por consequência das civilizações existem por esse sentimento inicial de união dos povos e posterior conquista e fundação do Império. Esse engenho civilizacional (*assabiya*) busca o aperfeiçoamento humano através da vida cidadina e da erudição, além da busca pelo sentido de justiça<sup>13</sup>. O espírito de grupo também é proteção social e é necessária a existência de um líder político - que podemos aqui antecipar que Ibn Khaldun defende a autocracia<sup>14</sup>. Essa sociedade nobre e sofisticada deve manter os laços de parentesco firmes.

---

<sup>10</sup> Nesse sentido tanto Maquiavel quanto Marx tinham por influência ou analogia um conhecimento khalduniano.

<sup>11</sup> “[...] Soube que, em nossos dias, os habitantes do Cairo Velho e do Cairo Novo possuem riquezas, e têm hábitos de luxo tais que o observador fica cheio de admiração; por isso, muita gente pobre deixa o Magrib [o reino Marínida, de Tlemcen e Hafsida] em demanda do Cairo, por ter ouvido dizer que, nesta capital, a abastança é muito maior que em qualquer outro lugar. Muita gente do povo imagina que a generosidade nesta capital tem por causa a muita caridade de seus habitantes, superior à que se vê em qualquer outro lugar, a tal ponto que a mesma gente do povo acredita que todo o mundo ali possui um tesouro dentro de casa (o que permite tanta liberdade). Mas a verdade é outra: a abastança reinante nos dois Caires procede de uma causa que o leitor conhece agora, a saber que a população destas duas cidades é muito maior que a das cidades vizinhas, o que proporciona aos habitantes o bem-estar de que desfrutam. Aliás, em todas as cidades, regulam-se os gastos de conformidade com os rendimentos; quando forem grandes os rendimentos, grandes serão as despesas, e vice-versa”. KHALDUN, Ibn. *Muqaddimah – Os prolegômenos (tomo II)*. Tradução integral e direta da língua árabe para a portuguesa por José Khoury e Angelina Bierrenbach Khoury. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia, 1959, p. 241-242.

<sup>12</sup> KHALDUN, Ibn. *Muqaddimah – Os Prolegômenos (tomo I)*. Tradução integral e direta da língua árabe para a portuguesa por José Khoury e Angelina Bierrenbach Khoury. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia, 1958, p. 208-209.

<sup>13</sup> BLANCO MARTÍNEZ, Rogelio. Ibn Jaldún: entre el saber y el poder. In: MARTOS QUESADA, Juan y GARROT GARROT, José Luis. *Miradas españolas sobre Ibn Jaldún*. Madrid: Ibersaf, p. 21, 2008.

<sup>14</sup> “O soberano que governa seus súditos com doçura e os trata com indulgência ganha sua confiança e atrai seu amor; cercam-no de devoção, prestam-lhe sua ajuda contra os inimigos, e sua autoridade é prestigiada em toda parte. O bom gênio do príncipe manifesta-se na sua bondade de que usa no trato de seu povo e no zelo com que cuida de sua defesa. A essência da soberania é a proteção dos súditos. A doçura e a bondade do sultão aparecem na indulgência com que os trata e no empenho de lhes assegurar os meios de subsistência; é a melhor maneira de grangear sua afeição. Agora, é preciso saber que um príncipe dotado de um espírito vivo e sagaz é pouco inclinado à doçura. Esta qualidade é, habitualmente, própria do monarca

A identidade social é muito importante na filosofia khalduniana pois ela determina a quantidade de tempo de uma civilização. Para tanto, Ibn Khaldun nos permite indicar os acontecimentos da conquista cristã sobre territórios islâmicos entre os séculos XIII e XIV como da progressiva diminuição de identidade muçulmana ou mesmo sua transferência para o norte da África. Ainda mais na realidade vivida por Ibn Khaldun em que no século XIV temos um sultanato de Granada resistindo aos avanços da política cristã. Entretanto, podemos considerar que mesmo a identidade política tenha diminuído na Península Ibérica isso não ocorreu com a identidade cultural. Talvez essa tenha sido a vitória dos que perderam o seu território, explico melhor, muitos islâmicos (e vários deles eruditos) ficaram pós conquista cristã da Península Ibérica. O resultado disso? É uma mescla cultural na linguística do romance a ser desenvolvido, na forma de educar, na filosofia ibérica nascente. Os islâmicos perdem terreno político mas sobrevivem e se misturam nessa nova identidade ibérica dos cristãos. Khaldun também era consciente do que ocorria no norte da África com a chegada dos andaluzes e o contraste com os árabes e berberes dali<sup>15</sup>. Exaltava as qualidades dos andaluzes ibéricos como cidadãos da *umran* e como produto resultante da *assabiya*. Mas nunca esqueceu da *assabiya* inicial dos antepassados árabes e dos berberes do deserto.

O reflexo da peste negra no século XIV levou, como já dissemos, a saída das pessoas das cidades para o retorno a vida nômade. E isso intrigava Ibn Khaldun em sua reflexão filosófica social. Os sultanatos de maior destaque, tais como os marínidas, os hafsidas, os mamelucos, já apontavam para tal movimento social e Ibn Khaldun estava imerso nele por conta de estar no cargo de primeiro ministro muitas vezes desses poderes. Para manter a civilização islâmica Ibn Khaldun defende o espírito de grupo (a *assabiya*) como ponto central de sua filosofia social. E essa ideia tem associação direta com a sua realidade vivida: a gradativa diminuição do poder islâmico andaluz na Península Ibérica, a desestruturação do poder e da ordem social por conta muito da corrupção dentro nos sultanatos do norte de África, a tensão advinda dos mongóis que estavam vindo em

---

bonacheirão e despreocupado. O menor dos defeitos de um soberano dotado de viva inteligência é impor a seus súditos tarefas e empreendimentos acima de suas forças; porque as suas miradas alcançam muito além do que os súditos podem fazer, e quando começa uma empresa, crê e pensa adivinhar, por sua perspicácia, as consequências remotas do que empreende. Sua administração é, pois, nociva ao povo. Disse o Profeta: Regulai vossa marcha pelo passo do mais fraco entre vós” . KHALDUN, Ibn. *Muqaddimah – Os Prolegômenos (tomo I)*. Tradução integral e direta da língua árabe para a portuguesa por José Houry e Angelina Bierrenbach Khoury. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia, 1958, p. 339.

<sup>15</sup> Vide em KHALDUN, Ibn. *História dos Berberes (tomo I, II, III, IV)*. Tradução da língua árabe para a língua francesa pelo Barão De Slane. Alger: Gouvernement France, 1852-1865.

direção magrebina, além de uma forte ascensão dos turcos na antiga Constantinopla (depois e ainda agora Istambul).

Toda essa realidade impressionante para Ibn Khaldun levava uma civilização que ascendeu a partir de um forte espírito de grupo chegou ao seu apogeu agora vivia sua desestruturação iminente. Pois a decadência de uma cidade resulta da falta de impulso das artes<sup>16</sup> nela: “À medida que decresce a prosperidade da cidade, a prática das artes decresce também, e quando a sua prosperidade se acha aniquilada, as artes também não existem mais”<sup>17</sup>. A *assabiya* costuma diminuir no sedentarismo e abre uma margem para os exageros da luxuosidade. Para Khaldun quando ocorre isso pode aparecer um outro grupo animado pela *assabiya* e realizar a conquista política e territorial.

A filosofia social khalduniana defende uma visão do tempo em espiral progressiva apresentando a história conforme os acontecimentos multifacetados. Se pararmos para pensar que isso está sendo refletido no século XIV podemos considerar Ibn Khaldun como um dos pioneiros da filosofia da história. Ele entendia o tempo dentro de um processo de modificações constantes sempre levando civilizações aos seus apogeus, desestruturações e conquistas por outros grupos mais poderosos. *Mulk* que é poder deveria seguir num pensamento virtuoso e ideal de Ibn Khaldun: digno, nobre e justo. E pese-se a justiça como o elemento regulador central da sociedade. Para tanto lembremos que Khaldun foi por muito tempo cádi (juiz dos juizes) no Cairo e isso certamente era o pensamento que defendia na prática e na teoria. Tanto um sultão quanto um califa deveria ter essas virtudes mencionadas (dignidade, nobreza, justiça) para conseguir honrar o cargo.

---

<sup>16</sup> “No ambiente da civilização, Ibn Khaldun estabelece duas categorias para as atividades, ou seja, as artes, desenvolvidas pelo homem: a primeira se relaciona às atividades ligadas à subsistência da civilização (agricultores, carpinteiros, marceneiros, arquitetos, tecelões, alfaiates, parteiras), enquanto a outra estava conectada aos saberes desenvolvidos por meio do ensinamento corânico; da gramática; da jurisprudência; da escolástica islâmica; da filosofia clássica e da falsafa; da matemática; da geometria; da óptica; da astronomia; da lógica; da física; da medicina; do entendimento das consequências da alquimia; da literatura; e da teologia. Ibn Khaldun aponta que em Al-Andaluz ambas as artes, em geral, chegaram à sua perfeição; ademais, quando da emigração dos andaluzes, resquícios dessas artes chegaram ao Norte de África. Torna-se claro, nesse sentido, o fato de Ibn Khaldun indicar que todas as artes reunidas formam e desenvolvem a inteligência: "A civilização sedentária produz este efeito, por consistir ela numa reunião de artes servindo, uma, para a economia doméstica, e as outras, para aparelhar o homem para a vida social, formar-lhe os costumes, pondo-o em contato com seus semelhantes. A observação dos deveres impostos pela religião, dos preceitos e das obrigações que ensina, enfim, tudo o que se acabou de enumerar, formam sistemas de conhecimentos que ampliam a inteligência". KHALDUN, Ibn. *Muqaddimah – Os Prolegômenos (tomo I)*. Tradução integral e direta da língua árabe para a portuguesa por José Khoury e Angelina Bierrenbach Khoury. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia, 1958, p. 377.

<sup>17</sup> KHALDUN, Ibn. *Muqaddimah – Os prolegômenos (tomo II)*. Tradução integral e direta da língua árabe para a portuguesa por José Khoury e Angelina Bierrenbach Khoury. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia, 1959, p. 320.

O sultão ou califa quando realiza a conquista que se origina do forte espírito de grupo (*assabiya*) dos seus apoiantes e que ambiciona viver dentro de uma ideia de *umran* pode ter um aliado em potencial que é a religião, pois esta coordena o comportamento das pessoas. No islamismo, portanto, não há separação da política da comunidade religiosa. E os laços de solidariedade são imprescindíveis para os islâmicos.

A formação e defesa identitária do grupo social se reflete na política das fronteiras. Ao lado da firme liderança do sultão ou califa a proteção e conquista de fronteiras medem o peso político de cada civilização. Para Ibn Khaldun esse é o argumento e definição para a sua defesa da autocracia.

Na lógica khalduniana ainda serão os descendentes do soberano conquistador que vão desejar a luxuosidade extrema. E será nesse momento que a vida luxuosa na cidade e sem memória de qualquer sentido de *assabiya* que esse poder entrará em decadência. Ibn Khaldun apontou isso tanto para as civilizações mais antigas e suas conhecidas como a egípcia, a grega, a romana, os árabes peninsulares, magrebinos e andaluzes quanto os berberes. Ele chama a atenção para mais um motivo de decadência seja de uma civilização ou de apenas uma tribo, a presença de mercenários ao lado dos homens de armas locais. As ambições dos mercenários não têm nada a ver com os desejos identitários e de conquista dos homens de armas dos sultões ou califas.

Os sultões e califas imbuídos de *assabiya*, *umran* e *mulk* devem ser os articuladores da ordem social e do avanço da civilização. Para regular as relações entre os sultões ou califas com os nobres eles deviam seguir o juramento de laços de dependência e de ajuda recíproca (chamada *bi‘a*). Para Khaldun se o sultão ou califa não ser tirânico e possuir as virtudes aqui já apresentadas ele poderá governar em paz. Mas essa idealização khalduniana revela que o presente vivido não seguia essas normas e por isso mesmo Khaldun buscava implementar uma filosofia social que salvaguardasse o islamismo do esquecimento.

O conhecimento do modo de como governar com ordenamento social e manutenção identitária era objetivo almejado por Khaldun para os seus governantes. As relações harmônicas do sultão (que detém o poder temporal) e/ou do califa (que possui o poder temporal e espiritual) com os súditos são definidos no pensamento khalduniano pelo fortalecimento dos laços de parentesco entre os membros da sociedade, garantia dos meios de subsistência do povo, não exploração das pessoas do sultanato, congregar o povo e os nobres a realizarem o projeto indicado pelo soberano que é benéfico para todos na sociedade, a existência das leis (do Direito e da religião) para garantir o bom

andamento das questões sociais de convívio entre as pessoas e a existência de eruditos na corte.

É nítido tanto na *Muqaddimah* quanto na *História dos Berberes* a defesa khalduniana da existência dos eruditos para aconselhar o poder. Em sua própria defesa como sábio e como meio de fazer desenvolver os governos através dos eruditos, Khaldun irá regularmente apresentar a importância das ciências para a civilização. Num paralelo muito interessante sabemos que a *tradição sapiencial oriental* estimula tanto na Península Ibérica quanto no norte da África e em menor escala no reino da França o uso dos nobres conselheiros do sultão/rei conforme cada caso. Mas o soberano também nessa época dos séculos XIII e XIV é conhecedor dessa tradição por isso pode debater a teoria do rei-filósofo com os seus nobres conselheiros. As lições proverbiais e a poesia ajudaram muito nas decisões políticas e jurídicas em diversos ambientes desse momento que estamos analisando no medievo. Khaldun ciente do poder dos conselhos neoplatônicos aos soberanos alia essa presença erudita ao ponto máximo de desenvolvimento de uma civilização. Para Ibn Khaldun são os sábios que irão auxiliar o soberano na medida de cada necessidade social. O soberano-filósofo deveria ter conhecimentos laicos e religiosos para completar sua própria reflexão do social.

Os eixos político, jurídico, militar e erudito deviam ser ótimos exemplos de sucesso para formar o perfil de um soberano ideal. Vejamos na ótica khalduniana o soberano deve governar com justiça seguindo as leis, ter moderação nas relações sociais, não desenvolver paixões que levam a tirania, ter dignidade e prudência em seus atos por isso deve ter muito cuidado com a presunção, buscar consultar os juízes e os eruditos conforme o conhecimento em prova, cuidar das finanças e manter a ordenação social<sup>18</sup>.

Interessante observar que tanto os manuscritos ibéricos desde o século XIII quanto os escritos khaldunianos do XIV possuem uma preocupação constante com o ordenamento social. E precisando para isso de uma aplicação exigente das leis da justiça e da maior quantidade de conhecimento possível para ter uma decisão plena. Ou seja, esses dois séculos na Península Ibérica e no norte de África viveram uma agitação social extrema com a presença da peste e da regulação das relações das diversas religiões monoteístas, mas para tentar resolver essas questões de crise surgiram e se desenvolveram as ciências

---

<sup>18</sup> KHALDUN, Ibn. *Muqaddimah – Os prolegômenos (tomo II)*. Tradução integral e direta da língua árabe para a portuguesa por José Khoury e Angelina Bierrenbach Khoury. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia, 1959, p. 133-148.

nas universidades e nos grupos de estudo patrocinados pelos soberanos tanto no Ocidente quanto no Oriente.

O momento mais desejado para Ibn Khaldun - apesar de relatar sobre tantas batalhas tribais e entre sultanatos - é o da paz. É no momento de pacificação entre os poderes em que a erudição pode desenvolver as ciências. Para Ibn Khaldun as ciências não se desenvolvem adequadamente em ambientes nômades mas sim em cidades onde a vida sedentária já está estabelecida. O soberano que reside na corte cidadina patrocina e utiliza os serviços dos sábios. Para Khaldun tem sim importância as atividades de subsistência como a agricultura, a carpintaria, a tecelaria, a alfaiataria mas não são do mesmo nível dos conhecimentos desenvolvidos pelos teólogos, gramáticos, juizes, mestres da escolástica islâmica, sábios da filosofia clássica e da falsafa (filosofia islâmica), matemáticos, geômetras, astrônomos, físicos, médicos, mestre em alquimia, literatos. Ambas as artes devem existir mas aqueles que se dedicam a erudição científica deveriam ter mais apoio dos soberanos pois são as ciências que movimentam a tecnologia através do tempo. Khaldun demonstra uma lucidez e perspicácia nessa sua alegação que também está coadunando com pensadores considerados modernos pelos europeus. A sua preocupação era com o desenvolvimento e ampliação da inteligência e como as contribuições dos andaluzes que chegaram ao território magrebino poderiam colaborar nesse sentido<sup>19</sup>.

O método de aprendizado para a filosofia khalduniana perpassava a inteligência discernente, a inteligência experimental e a inteligência especulativa. Para tanto o erudito deve ter plena consciência da epistemologia de cada ciência. Podemos achar nesse momento que Khaldun deixou a fé de lado, mas não. Ele tenta seguir numa vertente aristotélica averroísta de unir a fé com a razão, pois nessa acepção Allah é onisciente de tudo e o ser humano deve buscar o conhecimento da ciência como um meio de desenvolvimento da civilização. Saber sobre os princípios, estudar os problemas, ter um traçado sobre a amplitude dos fundamentos e das tradições levam Khaldun a contemplar a própria erudição e nos ensinar a importância disso. E qual é essa importância? Khaldun tem por objetivo em sua filosofia a melhora das relações sociais e o desenvolvimento científico do homem para ajudar o poder. A manutenção identitária e social necessita dessas duas ações paralelas e concomitantes.

---

<sup>19</sup> KHALDUN, Ibn. *Muqaddimah – Os prolegômenos (tomo II)*. Tradução integral e direta da língua árabe para a portuguesa por José Khoury e Angelina Bierrenbach Khoury. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia, 1959, p. 377.

Através da sua filosofia social e da sua metodologia da história possibilitou que entendêssemos suas considerações de caráter universal sobre a sociabilidade, o comportamento do poder e o desenvolvimento das ciências. Khaldun criou uma explicação para compreender o passado, o seu presente, e preconizar ações no futuro através das progressivas etapas que um determinado povo deve seguir para atingir seu grau de civilização e também no caminho contrário de sua desestruturação ocasionada pelo extremo sedentarismo e abuso da luxuosidade com atos de corrupção. *Assabiya, umran* e *mulk* devem existir e se manterem caso isso não ocorra há retrocessos sociais.

Numa tentativa de trazer a “cidade virtuosa” al farabiana e aviceniana para o seu contexto real, Khaldun produziu uma filosofia social na *Muqaddimah* inédita na história. Devemos conhecer o seu protagonismo no entendimento das ciências ao lado dos eruditos europeus.

Na *História dos Berberes* conhecemos como isso recai sobre os norte africanos. Enquanto Ifríkya e o Magreb tinham atingido um certo grau de civilidade no século XIV por conta da presença andaluza, os berberes retomaram as antigas tradições da vida nômade. É significativo observar esses fluxos de civilização e de possível retrocesso. Havia a identidade cidadina dos norte africanos em desenvolvimento e também muitas vezes atrapalhadas nesse andar pelas atitudes erradas do poder com seus vícios do luxo e da corrupção. Isso promovia que os berberes retomassem a sua outra identidade, a de início, nômade e rústica para que numa outra tentativa de conquista do poder pudessem ser bem sucedidos. Tal era a compreensão khaldunia dessa questão social.

Sabemos que tanto a *Muqaddimah* quanto a *História dos Berberes* são respostas de Ibn Khaldun, uma de caráter universal e a outra particular, ao seu contexto de crise do século XIV em que havia declínio populacional, diminuição dos subsídios e da produção agrícola e do conseqüente comércio, um retorno ao nomadismo, a desestruturação da vida cidadina por conta da peste e da corrupção, e da fuga dos eruditos para melhores localidades apoiadas por um soberano sábio. Khaldun ainda assim tinha uma ação de tentar se aprofundar cada vez mais nos problemas que levavam as diversas sociedades, sejam elas tribais ou cidadinas, a darem certo ou errado no campo político, jurídico e do desenvolvimento das artes. A *Muqaddimah* e a *História dos Berberes* podem ser consideradas obras de diagnóstico e de prevenção sociais.

## Referências

ARISTÓTELES. *Política*. Introducción, traducción y notas de Manuela García Valdés. Madrid: Editorial Gredos, 1999.

BLANCO MARTÍNEZ, Rogelio. Ibn Jaldún: entre el saber y el poder. In: MARTOS QUESADA, Juan y GARROT GARROT, José Luis. *Miradas españolas sobre Ibn Jaldún*. Madrid: Ibersaf, pp.13-22, 2008.

KHALDUN, Ibn. *Muqaddimah – Os Prolegômenos (tomo I, II e III)*. Tradução integral e direta da língua árabe para a portuguesa por José Khoury e Angelina Bierrenbach Khoury. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia, 1958-1960.

KHALDUN, Ibn. *História dos Berberes (tomo I, II, III, IV)*. Tradução da língua árabe para a língua francesa pelo Barão De Slane. Alger: Gouvernement France, 1852-1865.

MOSSÉ, Claude. *Dicionário da civilização grega*. Tradução Carlos Ramallete e André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.